

# **PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO**

## INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, composta de quatro *campi*, situados nas cidades de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, foi criada pela Lei 10.419, de 09 de abril de 2002, a partir de desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Possui hoje um quadro docente de aproximadamente oitocentos docentes efetivos, qualificados ou em processo de qualificação, e um universo em torno de onze mil alunos vinculados.

Sendo fruto de um desmembramento, a Universidade Federal de Campina Grande passou por um período de transição para possibilitar, a partir de ações planejadas, a adoção de um perfil particular que, respeitando a estrutura já existente, pudesse também assumir uma feição nova que justificasse o desmembramento de que é fruto.

Assim, o primeiro momento de existência dessa Instituição foi marcado principalmente pela luta em prol da sua implantação, pois a continuidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão dependia de respaldo técnico e de infra-estrutura que a administração precisava assegurar para tornar factível a criação da universidade.

Superadas as dificuldades mais graves deste primeiro momento, a Universidade Federal de Campina Grande passa a ter condições de construir coletivamente a sua nova feição, a partir da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional que revele os objetivos e o compromisso da Instituição com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a gestão acadêmica e institucional, com a avaliação institucional, bem como com o entorno social e econômico em que está inserida.

Deste contexto de criação, restou à Universidade Federal de Campina Grande uma situação bastante ímpar no que diz respeito à avaliação institucional: tendo uma história tão recente, em termos de estrutura administrativa, estará avaliando setores e atividades gerados e desenvolvidos sob a orientação de planejamento elaborado pela Universidade Federal da Paraíba.

Se, por um lado, essa situação coloca a Universidade Federal de Campina Grande na estranha condição de fazer uma auto-avaliação daquilo que não planejou, por outro lado, vai permitir-lhe vivenciar a singular oportunidade de começar a sua história respaldada na avaliação daquilo que herdou e questionou, a ponto de propor um desmembramento que possibilitasse novos rumos.

Para que isso venha a ocorrer, é preciso que a Universidade Federal de Campina Grande promova, a um só tempo, a avaliação instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e forme quadros especializados em avaliação, de forma a gerar a cultura de uma avaliação permanente, não como resposta a uma determinação imposta por uma legislação específica, mas como condição *sine qua non* de respaldar a construção coletiva de uma universidade que se quer inserida no desenvolvimento regional socialmente comprometido, com a democratização do saber.

Tendo como princípio a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia sirvam de balizamentos para toda e qualquer atividade, O Programa Permanente de Avaliação da Universidade Federal de Campina Grande prevê a avaliação como caminho para corrigir distorções que possam impedir melhores desempenhos e se configura como uma estratégia de gestão do conhecimento (GC) da UFCG integrante do planejamento estratégico institucional, a qual se materializa, inicialmente, em ações de busca do auto-conhecimento durante o processo avaliativo.

Este intento encontra respaldo na crença de que a concepção e a execução de um projeto acadêmico não são possíveis sem a avaliação continuada e colaborativa das atividades que se desenvolve no âmbito da Instituição e sem que esta avaliação transcenda a análise dos elementos quantitativos da estatística universitária, para atingir a avaliação qualitativamente fundamentada, com base em indicadores discutidos internamente, e levando em consideração a repercussão da sua atuação na comunidade com a qual interage.

## JUSTIFICATIVA

A Avaliação Institucional é um processo que envolve aspectos ideológicos, pedagógicos, políticos e culturais, que devem ser configurados com padrões próprios da Instituição. Representando para a Universidade Federal de Campina Grande, instituição cuja razão de ser está na prestação de serviços de qualidade à sociedade, a busca da excelência na produção, sistematização e democratização do saber, a avaliação institucional não tem o propósito de promover a sua comparação com outras instituições, mas o firme propósito de conduzi-la ao constante aperfeiçoamento.

Os princípios que orientam essa avaliação institucional expressam objetivos que buscam a auto-análise e a auto-referência, vez que de nada adiantaria um processo avaliativo que não tomasse como referência o perfil e a realidade da Instituição e não priorizasse os seus princípios e finalidades, o que não significa desprezar indicadores externos de qualidade, mas valorizar os indicadores internos, dando-lhes a devida ênfase no desenvolvimento institucional.

Se os indicadores internos são construídos de forma participativa, a avaliação torna efetiva a auto-análise, com a comunidade acadêmica refletindo e repensando as práticas institucionais e viabilizando planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento. A avaliação continuada, instituída sob a perspectiva sócio-qualitativa da gestão do conhecimento, integra em seu ciclo três macro-processos fundamentais: a) a criação de conhecimento, mediante a capacitação continuada da comunidade em avaliação, a coleta de dados e experiências da comunidade e a análise e emissão de pareceres baseados na construção coletiva dos instrumentos de aferição; b) o compartilhamento do conhecimento, por meio de recursos e sistemas institucionais de comunicação e integração dos atores da avaliação, e c) o uso do conhecimento, inicialmente, para elaboração de recomendações de melhoria institucional. Mantida a cada ciclo de realização da avaliação, essa perspectiva assegura e privilegia o discurso e a percepção de todos os seguimentos constitutivos da realidade institucional.

A avaliação é momento pedagógico de potencializar os recursos humanos, conjunto em que se encontram especialistas da realidade institucional que podem, entre outras ações, estabelecer políticas, planejamentos e redimensionamentos de recursos que possam incrementar a qualidade acadêmica. Para tanto, é necessário que uma etapa de preparação seja vivenciada, para a capacitação dos indivíduos que vão elaborar o projeto, organizar o processo, conduzir a execução da avaliação, com seus resultados, divulgação, validação do plano de ações e tomada de decisões em uma lógica permanente.

Os maiores problemas da avaliação institucional estão vinculados à falta de capacitação e de preparação adequada da equipe avaliadora. Além disso, concorre para o fracasso dos processos avaliativos a centralidade do processo na formulação de um diagnóstico que não se reverte em implementação de mudanças e desenvolvimento institucional e a crença de que os questionários são um instrumento que assegura a participação da coletividade.

A avaliação institucional pode utilizar diferentes instrumentos para coleta e análise dos dados e informações, desde que assegure a interação e a intervenção dos sujeitos da realidade estudada, assegurando participação ativa e responsável pelo processo, uma vez que o processo avaliativo não deve ser entendido apenas como mecanismo de produção, desenvolvimento científico e de juízo de valor sobre a universidade, mas, sobretudo, como um processo que valoriza as relações humanas institucionalizadas.

Qualquer que seja a técnica a ser utilizada, há a necessidade de que seja participativa, dinâmica, ativa, de adesão voluntária e não punitiva, para que se torne atraente, convidativa, e motivadora, com caráter pedagógico e formativo, pois que se trata de uma experiência social significativa que forma valores e promove mudança da cultura avaliativa, potencializando o desenvolvimento humano e institucional.

A ênfase do processo avaliativo deve estar na qualidade, uma vez que esta ação tem por propósito entender processos de construção da realidade de um grupo social, a partir da coleta e interpretação em profundidade e detalhada, a fim de detectar comportamentos sociais e práticas cotidianas. O que não impede que a técnica qualitativa possa ser combinada à quantitativa mediante a utilização de dados secundários sobre a Instituição e seus componentes, docentes, discentes ou servidores técnico-administrativos.

Os princípios da flexibilidade e da cooperação também precisam ser assegurados em um processo qualitativo como o aqui proposto: ajustes durante o processo se fazem necessários, sem obviamente comprometer os propósitos e finalidades do processo avaliativo; a negociação é relevante em todo o processo avaliativo, seja no planejamento, coleta de dados, organização ou desenvolvimento da proposta, porque legitima o caráter pedagógico e formador de valores e princípios institucionais que promovem uma avaliação participativa. Esta abordagem de caráter evolutivo, baseada na participação da comunidade, na exploração da experiência de diferentes atores de avaliação e no comprometimento da Administração Superior com o processo avaliativo, minimiza os riscos de insucesso e maximiza a probabilidade de uso efetivo dos resultados da avaliação.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a criação das primeiras faculdades isoladas na segunda década do século XIX, tem início no Brasil nossa experiência com educação superior. Inicialmente, com as faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda/Recife. (Piletti & Piletti, 1986).

A primeira Universidade, com cursos em várias áreas do conhecimento reunidos, só surge com a fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, com destaque para vinda da famosa missão francesa, professores de reconhecido saber nas ciências humanas (Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e outros), mas este era um projeto das elites paulistanas. (MARTINS, 1998)

A partir da década de 1930, passaram a existir as possibilidades de fundação de outras universidades pelo país graças à publicação dos Estatutos das Universidades Brasileiras de 1931, no governo de Getúlio Vargas (Piletti & Piletti, 1986).

Nas décadas de 1950/60, foram criadas universidades pelo interior do Brasil, destacadamente universidades federais, em boa parte dos estados e na recém inaugurada Brasília, nova capital do Brasil. Nesta década de 1960 aconteceram vários fatores que mudaram a história da educação superior: primeiro, a chegada dos militares ao poder central e; conseqüentemente, a Reforma Universitária de 1968/69.

Nos anos 1970/80, com a cassação de muitos professores e líderes estudantis das universidades, o refluxo dos movimentos sociais, as discussões em torno da educação superior giraram no sentido da ampliação de vagas nas universidades públicas, eleições diretas para reitores e melhoria na qualidade do ensino, além da luta pelo fim do regime de exceção.

Com a retomada da democracia a partir de 1985, novas eleições para presidente da república em 1989 e a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Este Conselho, reunido em Belo Horizonte, entre 6 e 9 de março de 1990, tem início os debates em torno do tema: "Universidade, o Estado e a Sociedade na Década de 1990". (CRUB, 1990: 9). As discussões são iniciadas levantando como preocupações, entre outras, a avaliação Instituições de Educação Superior (IES).

Fruto de um longo processo de questionamentos e seguindo uma tendência de auto-avaliação que passa a existir, mesmo que isoladamente, no caso de algumas universidades. É criado em 1993, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), este programa foi o início de um conjunto de medidas que, a partir de então foram criadas como políticas governamentais permanentes de avaliação. (SINAES, 2004: 19).

Em 1996, é publicada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), após intensa discussão e polêmica no Congresso Nacional, esta lei estabelece, entre outros, mecanismos de avaliação, ensino e ofertas na educação superior, são eles: a) o Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como "Provão"; b) Análise das Concepções de Ensino (ACE) e; c) Avaliação das Condições de Oferta (ACO). (SINAES, 2004: 20).

No ano de 2001, é criado o Plano Nacional de Educação (PNE), que permite a criação e reformulação de uma série de Institutos e Conselhos que têm a responsabilidade pelas pesquisas em educação e definição das novas regras de avaliação, entre eles estão: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (INEP); o Conselho Nacional de Educação (CNE), antigo Conselho Federal de Educação (CFE); que possibilitaram a implantação de um sistema nacional de educação. (SINAES, 2004).

A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, em 2004, possibilitou a implementação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que é o órgão gestor das políticas traçadas pelo Sinaes. Ou seja, instituindo oficialmente os órgãos que cuidam do planejamento e da execução, respectivamente, das políticas governamentais na educação superior.

Por seu turno, o Conaes cria, no mesmo ano de 2004, as Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior, que são: 1º.- a Concepção de Avaliação do Sinaes; 2º.- os Princípios e Dimensões do Sinaes; 3º.- as Diretrizes para Implementação do Sinaes; 4º.- as Etapas do Processo de Auto-avaliação e; 5º.- a Interação do Conaes/Inep/CPA's (Comissões Próprias de Avaliação).

Neste ano de 2005, foram criados mais dois instrumentos para avaliação no âmbito do Ministério da Educação (MEC), que são: o Instrumento de Avaliação Externa de Universidades, que é observado levando em conta a opinião de especialistas e consultores indicados pelo Inep, através de visitas "in loco" e; o Manual do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE-2005), em substituição ao antigo "ENC", este último instrumento, diferentemente do "Provão", visa avaliar os alunos ingressos e egressos anualmente. Dito de outra forma, a cada ano, são definidos os cursos de graduação a serem avaliados e destes, os alunos ao final do primeiro ano e ao término dos cursos, realizam provas de conteúdos específicos em sua maioria e de alguns conteúdos gerais.

Não existe consenso acerca do conceito de avaliação, apesar de todos termos idéias e ideais individuais e coletivos sobre comportamentos dos indivíduos, instituições e grupos que são constituídos pelo conjunto das várias sociedades e culturas, não é trabalho fácil defini-lo, delimitá-lo.

Assim, a tentativa aqui buscada se dará no sentido de apresentar alguns aspectos teóricos elaborados tendo como referência a bibliografia especializada, tentando não incorrer no risco de uma relativização evasiva.

Apesar de toda experiência brasileira com a educação formal, desde as iniciativas dos jesuítas teremos então, mais ou menos três séculos, a avaliação sempre esteve presente. Muito embora algumas vezes tenha servido para equívocos. Do ponto de vista da educação formal, ressalvadas raras exceções, a avaliação foi sinônimo de punição e, se restringiu a sala de aula ou, na melhor das hipóteses, aquele tema chato do final do relatório das atividades escolares, administrativas e das universidades.

As primeiras experiências com avaliação na educação superior são muito recentes, como anteriormente demonstrado. Mais recentes ainda são as decisões, resoluções e regulamentações para uma "institucionalização"- este termo é aqui entendido como iniciativa para a criação de uma cultura da avaliação nas IES, que deve fazer parte do planejamento e deve caminhar junto dos Planos de Desenvolvimento Institucional. Como afirma MOTA (2005: 88), relatando experiência de pesquisa com gestão educacional e avaliação institucional, " *Com isso, adquiriu-se suporte teórico e prático para avaliar, criticar e propor um modelo de avaliação institucional interno como estratégia de planejamento integrado no processo de gestão educacional...*"

Portanto, se faz necessário um alargamento do conceito aqui referido que possa suscitar não somente decisões pragmática mas fundamentalmente, teóricas, conceituais, filosóficas, como afirma SOBRINHO (2005: 17), " *A avaliação age sobre as mentalidades e as filosofias educativas, e, a partir disso, define estilos de gestão, fornece elementos para tomada de decisão, fixa determinados tipos de currículo, valoriza programas, legítima saberes e práticas...*"

Este mesmo pesquisador relata ainda duas concepções de educação contraditórias e bastante em voga nos meios acadêmicos: uma, "...positivista... o domínio do conhecimento objetivo, elaborado pelas ciências duras e 'puras', mundo do objeto fragmentado, reduzido, separado e independente de quem o conhece; a outra... é o terreno do pensamento complexo, da filosofia, das ciências que tratam das práticas sociais, das artes, das escolhas... pela intuição, pela sensibilidade...". A segunda forma de abordagem da avaliação está mais próxima do cotidiano, das contradições, das formas de aprendizagem, das dificuldades e alegrias. Neste sentido, o autor demonstra sua vinculação teórica ao pesquisador francês Edgar Morin, proponente da teoria do pensamento complexo, em que, muitas vezes, a relação entre sujeito e objeto pode ser alterada, especialmente, na educação superior, essa relação se dá de sujeito para sujeito.

Essa concepção ampliada de avaliação deve estar presente nas práticas e conceituais como referência para análise do contraditório e rico processo de implementação das políticas de avaliação institucional.

Obviamente, são várias as nuances envolvidas no referencial teórico, filosófico, conceitual dos princípios que norteiam e viabilizam a construção da avaliação na educação superior, como afirma ANDRIOLA (2005: 58), "...busca pelo conhecimento global da realidade educacional, que deve ser avaliado por... diversos procedimentos metodológicos, adoção de indicadores qualitativos e quantitativos...". Além de outras referências éticas, epistemológicas e políticas, que devam tornar a avaliação não um instrumento de punição, mas como auxiliar no planejamento.

Para completar esta nova forma, além dos critérios já referidos, todas as IES deverão ter suas Comissões Próprias de Avaliação (CPA's), que serão um apoio na execução das políticas avaliativas, levando em conta a avaliação interna ou auto-avaliação e avaliação externa, bem como, a recomendação de observação criteriosa dos encaminhamentos e resoluções dos Planos de Desenvolvimento Institucionais das universidades, centros universitários, faculdades isoladas etc..

## OBJETIVOS

O Programa Permanente de Avaliação - PPA da Universidade Federal de Campina Grande tem como principal objetivo produzir o conhecimento necessário para a conferência do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, almejando analisar as possíveis causas de seus problemas e deficiências, descobrir novas demandas e observar potencialidades pouco exploradas. Conseqüentemente, tem também como objetivo buscar estratégias indispensáveis à solução dos problemas existentes e à reorganização estrutural que valorize potencialidades até então inexploradas.

Na verificação da consciência pedagógica e da capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, no fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, e na análise da relevância científica e social de suas atividades se encontra o objetivo fundamental de estabelecer uma vinculação mais efetiva da Instituição com o seu entorno social.

Além desses objetivos gerais, o Programa Permanente de Avaliação - PPA propõe:

- estabelecer como princípio fundamental a definição e a execução de um projeto que envolva toda a comunidade universitária, fortalecendo a construção democrática da Universidade Federal de Campina Grande;
- assegurar a construção e a gestão de um conhecimento institucional que só a coletividade é capaz de gerar.
- elaborar uma metodologia que, contemplando as atividades de todos os atores envolvidos, possibilite a construção de um sistema integrado de avaliação baseado na gestão do conhecimento institucional construído;
- projetar um modelo interno e consistente de qualidade institucional;
- gerar um modelo de avaliação compatível com a missão da Instituição;
- apresentar sugestões para diminuir a distância entre o projeto e a realidade institucional;
- fornecer subsídios necessários ao direcionamento ou redirecionamento das metas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

## METODOLOGIA

A avaliação institucional interna da Universidade Federal de Campina Grande, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, e com o assessoramento da Coordenação de Avaliação Institucional - CAI, órgão responsável pelo compromisso da Administração Superior com o

processo avaliativo, será realizada, mediante três macro-processos sistematizados de gestão do conhecimento (criação, compartilhamento e uso do conhecimento), integrados nos três processos iterativos do ciclo da avaliação (execução, avaliação, planejamento). A importância da utilização de um modelo de base de GC advém da necessidade de se integrar os principais fatores envolvidos na construção do conhecimento da avaliação da UFPG tais como os processos, a infra-estrutura, as pessoas, a organização e o escopo do conhecimento produzido.

Uma representação simples do modelo inicial de GC no PPA é ilustrada na figura 1. Este modelo foi adaptado do conceito de “framework” de GC do Gartner Group (LIEBOWITZ, 1999) e do modelo de GC proposto por BECKMAN (BECKMAN, 1996). Este modelo preliminar constitui um objeto de discussão na comunidade e serve para iniciarmos a construção de um modelo adequado de GC do PPA a partir das contribuições advindas do processo de auto-avaliação. A figura apresenta os componentes básicos para os quais serão propostas, durante a avaliação, diretrizes adaptadas às particularidades organizacionais da UFPG e aos objetivos do PPA. Os componentes do modelo de base são: os processos, o escopo de conteúdo e as 3 fundações operacionais que garantem a viabilidade técnico-econômica do PPA (papéis e responsabilidades dos atores, políticas de incentivo à colaboração e de reconhecimento das contribuições e ferramentas e recursos de apoio aos processos integrados).

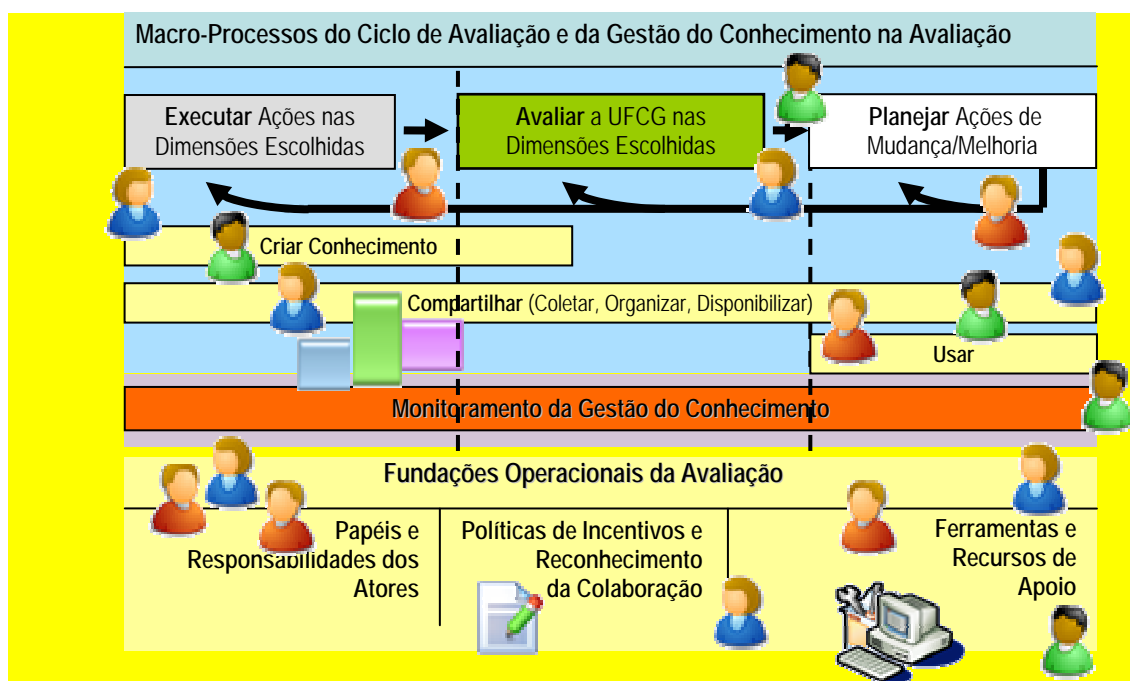


Figura 1: Modelo de Base de Gestão do Conhecimento na Avaliação da UFPG

Os processos definidos atualmente neste modelo de base correspondem aos principais processos necessários para a Gestão de Conhecimento e visam à operacionalização do primeiro ciclo da avaliação. Eles são integrados (embutidos) nos 3 macro-processos da avaliação e são objetos de estudo pelos grupos de pesquisa do PPA e pela própria comunidade, devendo evoluir para processos mais amadurecidos e adequados à gestão do conhecimento da avaliação da UFPG a partir da incorporação de novos conhecimentos gerados a cada ciclo de avaliação. Esta evolução de processos caracteriza o aprimoramento da avaliação e o aumento da maturidade da UFPG. Cada processo deverá ser definido detalhadamente através dos seguintes parâmetros: nome, atividades, entradas, saídas, atores, recursos, indicadores de sucesso. Os processos inicialmente definidos são os seguintes:

- **Processo Pesquisa da Avaliação:** Pesquisa colaborativa na WEB, mediante formulários estruturados de avaliação, envolvendo todos os membros da comunidade, conduzida pela CPA, com o apoio da CAI, grupos de pesquisa e dirigentes.
- **Processo Projetos de Pesquisa:** Formação de grupos de pesquisa e realização de projetos de pesquisa nas dimensões da avaliação.
- **Processo Capacitação em Avaliação:** Capacitação Permanente sobre Qualidade da Instituição, através de um programa de cursos semi-presenciais continuados.

- **Processo Produção de Recomendações:** Análise de informações e de cenários de melhoria da qualidade e elaboração de recomendações de ações de mudança para a melhoria da qualidade institucional.
- **Processo Mapa do Conhecimento :** Construção e compartilhamento de um Mapa do Conhecimento da Avaliação da UFCG a partir da coleta, organização, informatização e disponibilização de informações produzidas pela comunidade e pelos grupos de pesquisa em avaliação.
- **Processo Colaboração da Comunidade:** Convocação pública da Comunidade da UFCG para participar do Processo de Avaliação, através da participação dos atores do PPA em seus respectivos papéis
- **Processo Comunicação:** Compartilhamento com a comunidade da UFCG dos conhecimentos produzidos pelos demais processos.
- **Processo Ações de Melhoria:** Implementação de algumas ações de melhoria recomendadas pelo processo de avaliação, para testar o ciclo de avaliação e demonstrar a utilidade dos conhecimentos resultantes do processo avaliativo.
- **Processo Monitoramento da GC.** Avaliação do conjunto dos processos de GC e balanço crítico da avaliação, seguidos de otimização de cada processo, a cada ciclo da avaliação.

Neste contexto, destaca-se o processo "Projetos de Pesquisa" que corresponde à realização de projetos de pesquisa que visem a um diagnóstico revelador das fragilidades e potencialidades da Instituição, e que apontem estratégias para orientar a melhoria da qualidade da educação que a Instituição oferece, assim como a expansão de sua oferta e o aumento permanente de sua eficácia acadêmica e social.

Para cada uma das dimensões que o SINAES propõe serem avaliadas, haverá um grupo de pesquisa: um professor pesquisador coordenará o projeto, com estudantes bolsistas auxiliares de pesquisa em nível de iniciação científica, todos com vínculo com o tema objeto da avaliação. A opção por realizar a avaliação da UFCG via projetos de pesquisas tem por finalidade fomentar a formação de agentes, na comunidade acadêmica, para a orientação do processo avaliativo da instituição. A participação efetiva de toda a comunidade interna e a busca de contribuições de atores externos do entorno institucional não ocorre sem a sistematização que só um grupo de agentes especializados em avaliação pode assegurar.

Com a criação desses grupos de pesquisa, espera-se criar uma cultura de avaliação no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande que possibilite, a toda a sua comunidade acadêmica, a tomada de consciência da importância de sua atuação na definição da missão e da finalidade acadêmica e social da Instituição.

Cada grupo será responsável pela análise e interpretação de documentos institucionais relacionados com a dimensão a ser avaliada. A elaboração de instrumentos de aferição que possam revelar a análise que a comunidade interna faz das práticas institucionais caberá à Comissão Própria de Avaliação – CPA, com o assessoramento da Coordenação de Avaliação Institucional – CAI.

Aos grupos de pesquisa caberá o trabalho de:

- participação, junto à CPA e à CAI, na coleta de informações essenciais para alimentar as dimensões que a avaliação quer indagar;
- análise das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- apreciação dos programas de ensino, pesquisa e extensão com vistas a sua adequação às diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação;
- revisão da relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, com vistas a sua vinculação ao desenvolvimento local e regional;
- verificação da articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- análise da adequação da infra-estrutura da instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Antes do trabalho dos grupos de pesquisa, a Comissão Própria de Avaliação – CPA e a Coordenação de Avaliação Institucional – CAI cumprirão os seguintes procedimentos:

- coleta, por meio de questionários e de entrevistas, de informações essenciais para alimentar as dimensões que a avaliação quer indagar;
- sistematização das informações prestadas pela comunidade acadêmica;
- análise dos documentos que fundamentam o projeto institucional com o intuito de ressaltar coerências e observar a existência de contradições com os objetivos da Instituição;
- verificação da coerência das normas institucionais com a gestão praticada na Instituição.

#### COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

- Programar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, observando as necessidades e peculiaridades da Instituição.

- Acompanhar a atuação do corpo discente da Instituição no Exame Nacional do Desempenho do Estudante – ENADE.
- Assessorar as comissões externas de avaliação, assegurando-lhes o acesso a documentos e a instalações da Instituição, de tal forma que o processo avaliativo seja o mais completo, o mais rigoroso e o mais democrático possível.
- Coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição.
- Fomentar a constituição de Comissões Setoriais de Avaliação no âmbito de cada Centro, a partir de discussão conjunta nos Conselhos Administrativos – CONSAD, e de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.
- Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP.
- Elaborar relatórios e pareceres a serem encaminhados ao Colegiado Pleno do Conselho Universitário.
- Acompanhar, se houver, protocolos de ajustamento de conduta institucional firmados entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Campina Grande.
- Organizar relatórios do processo de avaliação interna, formulando sugestões de desenvolvimento institucional com fulcro nas análises produzidas pelo processo interno de avaliação.
- Divulgar os resultados consolidados.
- Fazer um balanço crítico do processo de avaliação.

## ETAPAS DA AVALIAÇÃO

- **1ª Etapa – preparação:**
  - a. constituição, capacitação e planejamento da Comissão Própria de Avaliação;
  - b. sensibilização da comunidade para o processo de avaliação;
  - c. elaboração participativa de um anteprojeto para o Programa Permanente de Avaliação da Universidade Federal de Campina Grande.
- **2ª Etapa – desenvolvimento da avaliação:**
  - a. coleta de dados para alimentar as dimensões que a avaliação quer indagar;
  - b. definição da metodologia de análise e interpretação dos dados coletados;
  - c. sistematização dos dados coletados;
  - d. análise dos documentos que fundamentam o projeto institucional;
  - e. verificação da coerência das normas institucionais com a gestão praticada na Instituição;
  - f. elaboração de recomendações que apontem estratégias para orientar a melhoria permanente da eficácia acadêmica e social da Instituição e a expansão de sua oferta.
- **3ª Etapa – consolidação:**
  - a. elaboração do relatório final da avaliação;
  - b. envio do relatório final da avaliação ao Colegiado Pleno do Conselho Universitário;
  - c. balanço crítico do processo de auto-avaliação institucional;

## ESTRATÉGIA

As principais ações que compõem a estratégia de implantação de um ciclo da avaliação continuada, segundo o conceito concebido na UFCG, são as seguintes:

- Realização de seminários em todos os campi da Universidade Federal de Campina Grande para sensibilizar e capacitar interessados na avaliação e buscar o envolvimento da comunidade na construção do Programa Permanente de Avaliação da Instituição.
- Instalação de Coordenações Setoriais de Avaliação em cada campus da Instituição para sistematizar a avaliação local.
- Definição de Coordenadores de Avaliação em cada Unidade Acadêmica para garantir a capilaridade necessária do processo avaliativo.
- Realização de encontros para promover a capacitação dos Coordenadores Setoriais de Avaliação e da comunidade.
- Constituição de grupos de pesquisa, mediante convocação por meio de edital, para a análise das informações coletadas acerca de cada uma das dimensões da avaliação.
- Desenvolvimento de um ambiente informatizado de colaboração e de sistemas de informações acadêmicas e administrativas para o atendimento das necessidades do processo de avaliação institucional.
- Elaboração de um conjunto de indicadores eficientes do desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.

- Acompanhamento das avaliações externas e sistematização de seus resultados.
- Coleta de dados e contribuições oriundos de outras fontes disponíveis para avaliação.
- Realização de reuniões extraordinárias nas Coordenações Setoriais de Avaliação para a homologação do resultado da avaliação local.
- Sistematização das recomendações dos grupos de pesquisa, apresentando subsídios necessários ao direcionamento ou redirecionamento das metas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Elaboração e envio do relatório final ao Colegiado Pleno do Conselho Universitário.
- Repetição de todos os passos acima, caracterizando a implantação efetiva do Programa Permanente de Avaliação da Universidade Federal de Campina Grande, instituído pelo seu Colegiado Pleno do Conselho Universitário.

## **FUNÇÃO DOS AGENTES DA AVALIAÇÃO**

Os agentes da Avaliação são os atores dos processos definidos na abordagem de avaliação, responsáveis pela eficiência e eficácia no processo avaliativo, os quais dão vida ao PPA e significado aos resultados obtidos. Estes atores e respectivos papéis principais são listados abaixo.

Comissão Própria de Avaliação e Coordenação de Avaliação Institucional:

- a) coordenando o processo de auto-avaliação institucional;
- b) acompanhando os processos de avaliação externa;
- c) mantendo dedicação contínua ao ambiente virtual alocado para o PPA.

Grupos de pesquisa sobre as dimensões da avaliação

- a) propondo critérios para análise das informações coletadas na auto-avaliação;
- b) analisando informações coletadas pela auto-avaliação;
- c) elaborando propostas de melhoria dos processos e serviços institucionais em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Grupo de pesquisa sobre gestão do conhecimento da auto-avaliação:

- a) avaliando e padronizando os processos da auto-avaliação;
- b) desenvolvendo o sistema de informação da auto-avaliação;
- c) mantendo o sistema de informação da auto-avaliação operacional;
- d) compartilhando o conhecimento construído nos processos da auto-avaliação

Coordenador de Avaliação nas Unidades Acadêmicas:

- a) coletando, no âmbito da UA, as informações para a auto-avaliação;
- b) propondo ações de melhoria da qualidade no âmbito da Unidade Acadêmica;
- c) convocando reuniões extraordinárias para a discussão da melhoria da qualidade na Unidade Acadêmica.

Coordenações Setoriais de Avaliação:

- a) orientando e motivando os coordenadores de avaliação em cada um dos campi fora de sede;
- b) recebendo e enviando os relatórios parciais da avaliação para a CPA.

Conselheiros de Notório Saber:

- a) contribuindo com propostas para a melhoria contínua dos processos e serviços da Instituição.

Membros da Comunidade Acadêmica - alunos, professores, servidores técnico-administrativos, ex-alunos e representantes da sociedade civil:

a) contribuindo com sugestões e informações para a auto-avaliação nas dimensões no âmbito do seu conhecimento, por meio dos instrumentos de avaliação.

Dirigentes:

a) contribuindo com sugestões e informações para a auto-avaliação nas dimensões no âmbito da sua competência administrativa, mediante o uso dos instrumentos de avaliação.

Comissões especiais e Ouvidoria:

a) contribuindo com sugestões e informações para a auto-avaliação nas dimensões no âmbito da sua competência administrativa, mediante o uso dos instrumentos de avaliação.

Colegiado Pleno do Conselho Universitário

- a) homologando o relatório conclusivo, contendo análises, críticas e sugestões da Comissão Própria de Avaliação,
- b) subsidiando a Administração Superior da Instituição nas tomadas de decisões.

#### **INSTRUMENTOS DE AFERIÇÃO QUE SERÃO UTILIZADOS**

- Questionários, baseados na construção do sentido da informação dos usuários internos e externos dos serviços oferecidos pela UFCG, que possam revelar a análise que a comunidade universitária faz das práticas institucionais.
- Mapa do conhecimento que permita organizar e classificar o conhecimento da Instituição sobre as suas práticas acadêmicas e administrativas.
- Formulário do INEP, utilizado nas avaliações externas.
- Métodos de capacitação que revelem em seus processos o pensamento individual e/ou sistêmico dos membros da comunidade sobre as práticas acadêmicas e administrativas da UFCG e que possibilitem a descoberta de conhecimentos tácitos e explícitos.

#### **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**Corpo Docente:**

Patrício Marques de Souza  
Marcelo Alves de Barros  
Lourdemário Ramos de Araújo  
Gilmar Trindade de Araújo

**Corpo Técnico-administrativo:**

Belquice Assis Nobre Santos  
Adail Ferreira da Silva Paes

**Discente:**

Débora Verônica Soares da Silva  
Cícero Jorge de Lima Filho

**Representante da Sociedade Civil:**

Derlópidas Gomes Neves Neto

#### **BIBLIOGRAFIA**

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Desafios e necessidades que se apresentam às comissões próprias de avaliação (CPAs) das Instituições de Educação Superior (IES), visando à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). In: RISTOFF, Dilvo E. Almeida Jr., VICENTE DE PAULA (org). Avaliação participativa: perspectivas e desafios. Brasília. INEP, 2005.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Universidade, estado e sociedade na década de noventa. Brasília, 1990. Estudos e Debates, Nº 17.
- MARTINS, José de Sousa Florestan. Sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo, EDUSP, 1998.
- MOTA, José Luis Torres. Gestão Educacional: avaliação institucional como estratégia de planejamento integrado. In: Avaliação: revista da rede de avaliação institucional da educação superior.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: da concepção à regulamentação. 2 ed. Ampliada. Brasília, INEP, 2004

SOBRINHO, José Dias. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ética epistemológica da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo E. Almeida Jr., VICENTE DE PAULA (org). Avaliação participativa: perspectivas e desafios. Brasília. INEP, 2005.

BECKMAN, T. and LIEBOWITZ, J. Knowledge Organizations: What Every Manager Should Know. St. Lucie Press. 1998.

BECKMAN, T. A Methodology for Knowledge Management. International Association of Science and Technology for Development (IASTED) AI and Soft Computing Conference. Banff, Canada. 1997

LIEBOWITZ, J. Knowledge Management Handbook. CRC Press. 1999.

ANGELONI, M. T. Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo, Saraiva, 2002.